

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.751.959 - MG (2018/0164011-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
EMBARGANTE : BENEDITO PAULINO MALAQUIAS
EMBARGANTE : CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA RIBEIRO
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA RIBEIRO (EM CAUSA PRÓPRIA) - MG088410
EMBARGADO : PATRÍCIA CORAL FRANCO RIOS
ADVOGADO : DENILSON MARCONDES VENÂNCIO - MG001120A

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por BENEDITO PAULINO MALAQUIAS e OUTRO em face da decisão fls. 610-614 (e-STJ), da lavra deste signatário, que deu provimento ao recurso especial interposto por PATRÍCIA CORAL FRANCO RIOS a fim de, reformando o acórdão recorrido, determinar o retorno dos autos à origem para análise do pedido de inversão do ônus da prova na hipótese, à luz do entendimento sedimentado pelo STJ, considerando, ainda, prejudicadas as demais questões suscitadas no apelo extremo.

Em suas razões (e-STJ, fls. 617-625), a parte embargante alega que a decisão embargada incorreu em: **a) omissão**, por ter analisado tão somente o acórdão proferido pelo TJMG, esquecendo-se dos atos processuais praticados em primeira instância, em especial, a sentença, a qual afastou a inversão do ônus da prova, pela ausência de verossimilhança das alegações da requerente, o que proíbe a reanálise dos fatos, nos termos da Súmula 7 do STJ; e **b) contradição**, "ao analisar tão somente o acórdão do TJMG, sendo (sic) observar a decisão de primeira instância, já que os argumentos em tais atos processuais, de caráter decisório, são diametralmente opostos, posto que o acórdão exige prova cabal da agiotagem, já a decisão de primeira instância expõe que não existe sequer verossimilhança dos fatos frente a todas as provas produzidas no processo" (e-STJ, fl. 621). Alega, ainda, a preclusão quanto ao pedido de inversão do ônus da prova.

Impugnação ofertada às fls. 630-635, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo **não merece** acolhimento.

1. Consoante se depreende do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os aclaratórios apenas são cabíveis quando constar, na decisão embargada, obscuridade, contradição ou omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado, bem como na hipótese de erro material. Não se revelando, por conseguinte, meio processual adequado para análise da irresignação da parte que ficou insatisfeita com a decisão.

Segundo entendimento consolidado desta Corte Superior, configura omissão relevante e impugnável por meio de embargos de declaração a não apreciação, pela manifestação jurisdicional, de tese ou matéria expressamente suscitada pela parte processual e cujo exame, se fosse realizado, poderia alterar o resultado da controvérsia.

Há contradição, de outro lado, quando as premissas e conclusões da decisão estejam incongruentes, impedindo a exata compreensão do dispositivo.

Por fim, obscuridade é vício de fundamentação caracterizado pela falta de

clareza, confusão e ambiguidade do conteúdo do ato jurisdicional.

Na hipótese em foco, o *decisum* embargado não possui vício a ser sanado por meio de embargos de declaração, visto que decidiu a controvérsia com base no entendimento adotado no âmbito desta Corte, no sentido de que, nas demandas em que se pretende a invalidação de negócio por suposta prática de usura, a inversão do ônus da prova para o credor está vinculada à demonstração, pelo devedor, da verossimilhança de suas alegações e não na existência de provas cabais, robustas ou convincentes da prática de agiotagem, conforme precedentes citados, dentre outros: **REsp 1.709.034/SP**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/5/2018, DJe 18/5/2018; **AgRg no REsp 1.235.862/PR**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/8/2015, DJe 25/8/2015 e **AgRg no REsp 1196519/MS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/6/2015, DJe 4/8/2015; sendo claro na sustentação das razões do provimento do recurso especial interposto pela autora/embargada, haja vista o Tribunal *a quo* ter negado provimento ao agravo retido manejado por essa, mantendo o indeferimento do pedido de inversão do ônus da prova, por entender que, para a aplicação dos efeitos previstos no artigo 3º da MP 2172-32/2001, far-se-ia necessária a **comprovação cabal** da prática de agiotagem, em dissonância com o entendimento consolidado desta Corte Superior. Nessa perspectiva, determinou-se a reforma do acórdão recorrido para que, à luz do entendimento consolidado por esta Corte, seja analisado o pedido de inversão do ônus da prova formulado pela autora, verificando a presença ou não do requisito de **verossimilhança das alegações de prática de agiotagem**.

Das razões recursais, verifica-se que os insurgentes pretendem, em verdade, apenas manifestar o inconformismo com relação ao resultado do julgamento que lhes foi desfavorável. Todavia, a esse fim devem se socorrer do meio processual adequado previsto no sistema recursal.

Logo, não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos, sobretudo quando contêm elementos meramente impugnativos. Nesse sentido: (EDcl no AgInt no REsp 1595303/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 30/11/2016)

2. Do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator